



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CD-FNDCT
EXERCÍCIO DE 2024**

Data: 11/12/2024, das 10:00 às 18:00.

Local: Sala dos Conselhos, 5º andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDYxMDk5ZDYtOTY4MC00YzI2LWI5YTltMDY4OTA0YTFIMTl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%226c96020f-cd56-48fa-ac35-306f16d8d777%22%7d

Pauta:

1. Abertura;
2. Informe sobre o orçamento FNDCT para 2025;
3. Informe sobre a execução orçamentária e financeira do FNDCT em 2024;
4. Criação do grupo de trabalho para revisão dos normativos infralegais de governança do FNDCT;
5. Criação do grupo de trabalho para elaboração do Plano de Comunicação do FNDCT;
6. Continuidade da revisão dos Programas do FNDCT;
7. Calendário e proposta de pauta das próximas reuniões; e
8. Apresentação e lançamento do Livro Lilás da V CNCTI.

Participantes:

| Nome | Cargo | Representação | Participação |
|---|---|---|--------------|
| Luciana Barbosa de Oliveira Santos | Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação | Presidente | Presencial |
| Luis Manuel Rebelo Fernandes | Secretário-Executivo do MCTI | Presidente substituto legal da Ministra de Estado do MCTI - suplente | Presencial |
| Luiz Antônio Pessan | Diretor de Gestão CAPES | Diretor de Programas e Bolsas no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - suplente | Virtual |
| Rodrigo Sobral Rollemburg | Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços | MDIC - suplente | Presencial |
| Virgínia de Angélis Oliveira de Paula | Secretária Nacional de Planejamento - MPO | MPO - titular | Presencial |
| Zarack de Oliveira Ferreira | Diretor de Secretaria de Orçamento Federal- MPO | MPO- suplente | Virtual |
| Major Brigadeiro Engenheiro Luciano Valentim Rechiuti | Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa - MD | MD - suplente | Presencial |
| Carina Vitral Costa | Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda | MF- suplente | Presencial |
| Celso Panera | Presidente da Finep | Finep - titular | Presencial |
| Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho | Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Substituto Legal do Presidente da FINEP | Finep - suplente | Presencial |
| Olival Freire Junior | Diretor Científico e Presidente Substituto do CNPq | CNPq - suplente | Presencial |
| João Paulo Pieroni | Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior | BNDES - suplente | Virtual |
| Silvia Massruhá | Presidente da Embrapa | Embrapa - titular | Presencial |
| Clênio Pillon | Diretor-Executivo de Pesquisa e Inovação | Embrapa - suplente | Presencial |
| Aldo José Gorgatti Zarbin | Professor Titular do Departamento de Química da UFPR | SBPC - titular | Presencial |
| Ildeu de Castro Moreira | Professor do Instituto de Física da UFRJ | SBPC - suplente | Presencial |
| Fernanda Antônia da Fonseca Sobral | Professora Doutora | SBPC – titular | Presencial |
| Jailson Bittencourt de Andrade | Vice-Presidente da ABC | ABC - suplente | Presencial |

| | | | |
|-----------------------------|--|----------------|------------|
| Jefferson de Oliveira Gomes | Diretor de Inovação da CNI | CNI-titular | Virtual |
| Idenilza Miranda | Especialista de Desenvolvimento Industrial da Diretoria de Inovação - CNI | ABC - suplente | Presencial |
| Daniel Moczydlower | Presidente e CEO da Embraer | CNI- titular | Virtual |
| Marcela Chami Gentil Flores | Diretora Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - ANPEI | CNI - suplente | Presencial |

Convidados:

| | | | |
|-----------------------------|--|-------|------------|
| Sergio Cruz | Secretário-Executivo Adjunto | SESEC | Presencial |
| Inácio Arruda | Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social | SEDES | Presencial |
| Maria Luiza Nogueira Rangel | Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva | SESEC | Presencial |
| Raphael Padula | Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos | DFIN | Presencial |
| Mariana Vidal | Coordenadora-Geral de Governança de Fundos - CGGF | CGGF | Presencial |
| Elenice Thomas Carvalho | Assistente em C&T - CGGF | CGGF | Virtual |
| Lilian Rose Peters | Analista em C&T - CGGF | CGGF | Presencial |
| Geisiane Nóbrega | Secretária - CGGF | CGGF | Presencial |
| Fernanda Stiebler | Assessora da Diretoria de Inovação | Finep | Presencial |
| Elias Ramos de Souza | Diretor de Inovação da Finep | Finep | Virtual |
| Marcio Stefanni M. Moraes | Diretor Financeiro Finep | Finep | Presencial |
| Janaina Prevot | Diretora de Administração | Finep | Virtual |
| Andrea A. N. Totis | Finep | Finep | Presencial |
| Fabrício Soares | Finep | Finep | Virtual |
| Henrique de Oliveira Miguel | SETAD | MCTI | Presencial |
| Júlio César Pacheco | CAPES | CAPES | Virtual |

1. Abertura;

Ao iniciar a reunião, o secretário-executivo, Sr. Luis Fernandes, informou que a Ministra se encontrava cumprindo agenda junto à Presidência, razão pela qual não faria a abertura da reunião como de praxe. Na sequência, cumprimentou a todos e informou a pauta a ser cumprida.

2. Informe sobre o orçamento FNDCT para 2025;

O Sr. Luis Fernandes informou que foi identificado um equívoco na projeção orçamentária do PLOA 2025, que estimou um aumento de 62% na arrecadação sem considerar a renovação da DRU, mecanismo vigente desde 2000 que desvincula parte das receitas antes de sua destinação ao fundo. Como essa renovação já era esperada, o orçamento do FNDCT precisará ser recalculado pelo relator do orçamento no Congresso, ajustando a previsão de recursos disponíveis para 2025. Afirmou que, apesar dessa correção necessária, o mais importante é que o fundo continuará funcionando plenamente, sem cortes ou bloqueios, garantindo o financiamento essencial para a inovação e o crescimento sustentável do país, e celebrou a manutenção integral dos recursos do fundo, sem alterações na legislação ou reintrodução de contingenciamentos, assegurando previsibilidade e continuidade dos investimentos.

(Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RE do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12591382)

3. Informe sobre a execução orçamentária e financeira do FNDCT em 2024;

O secretário-executivo explicou que em 2024, a execução orçamentária do FNDCT enfrentou o desafio do faseamento imposto pelo governo, que distribuiu a liberação dos recursos ao longo do ano. Informou que última parcela, disponibilizada em 2 de dezembro, com prazo de execução até o dia 9, exigiu um esforço concentrado das equipes envolvidas. Mas destacou que, apesar dessas dificuldades, 100% do orçamento foi executado, totalizando R\$ 12,7 bilhões, reforçando o compromisso com a plena utilização dos recursos. Afirmou que o resultado apresentado demonstra a importância da continuidade e da ampliação dos investimentos no FNDCT, dado o volume de projetos qualificados e das demandas do setor de ciência e tecnologia.

Ato contínuo, explicou que apesar da execução orçamentária do FNDCT em 2024 ter sido concluída, a execução financeira segue acontecendo até 31 de dezembro. Demonstrou que o limite de execução financeira é de R\$ 6,11 bilhões, com uma execução atual de R\$ 4,53 bilhões, refletindo a diferença entre empenho e pagamento devido ao faseamento dos recursos. Destacou que, como a contratação só pode ocorrer após o orçamento ser empenhado, há um intervalo para formalizações e assinaturas, impactando os pagamentos. Informou que para 2025, em razão da autorização de expandir o atendimento dos editais na última reunião do Conselho Diretor, haverá um maior alinhamento entre execução orçamentária e financeira, com contratações já no primeiro semestre, e que será apresentado um balanço de 2024 consolidando a execução dos projetos por programa na reunião do Conselho de 2 de abril. Finalizou afirmando que o foco para 2025 é o de maximizar a execução financeira, garantindo que os pagamentos se aproximem do limite disponível.

(Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RE do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12591382)

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. A Conselheira **Carina Vitral** ponderou que seria interessante que, além do balanço quantitativo a ser apresentado em abril, que houvesse uma avaliação qualitativa da execução. Isso permitiria identificar quais Termos de Referência (TRs) tiveram maior impacto, quais atenderam melhor às demandas e quais não corresponderam às expectativas. Questionou que no conselho, muitas vezes o tempo para análise detalhada dos números é limitado, tornando essencial uma reflexão mais aprofundada sobre o impacto real dos investimentos, explicando que essa abordagem ajudaria a entender gargalos, ajustar estratégias e planejar o próximo ciclo com mais precisão, evitando decisões automáticas e garantindo um aprimoramento contínuo na alocação de recursos.

O Sr. Luis Fernandes explicou que a revisão dos programas do FNDCT está em fase inicial e será retomada com foco na análise de dados em fevereiro e março. Informou que o processo será participativo, envolvendo o Conselho Diretor e os Comitês Gestores, que poderão sugerir ajustes nos termos de referência, além da possibilidade da proposição de propor novas iniciativas. Acrescentou que a consolidação dessas informações ocorrerá após as reuniões dos fundos, culminando na aprovação do plano anual de investimentos (PAI) na reunião de abril.

ii. A Conselheira **Fernanda Sobral** considerou ser relevante uma avaliação dos resultados e dos impactos dos investimentos já realizados pelo FNDCT, permitindo uma definição mais embasada dos novos programas. Enfatizou a fala da Professora Helena Nader afirmando que é essencial mensurar indicadores como o número de empresas beneficiadas, quantos doutores empregados nos projetos, entre outros efeitos concretos do financiamento. Afirmou que esse levantamento contribuiria para uma tomada de decisão mais estratégica, garantindo que os recursos sejam alocados com base em dados reais de impacto.

iii. O Conselheiro **Celso Pansera** colocou que a decisão de estender o valor do Pró-Infra foi uma das mais acertadas para o FNDCT, pois terá um impacto significativo no ecossistema de inovação em função dessa medida ter simplificado processos, evitando retrabalho para as instituições e para a Finep, além de melhorar a qualidade da execução orçamentária em 2025, distribuindo os investimentos de forma mais equilibrada pelo país. Sobre a questão de haver uma avaliação de impactos e de resultados, informou que está sendo fechado um contrato entre o Ministério, Finep, CNPq e CGEE para desenvolver uma metodologia robusta de avaliação de impacto. Informou que embora os primeiros resultados ainda não estejam disponíveis para 2025, essa iniciativa permitirá uma análise mais consistente dos efeitos dos investimentos no futuro, garantindo decisões mais estratégicas e baseadas em dados concretos.

A Sra. Mariana Vidal reforçou a informação afirmando que o objetivo é que o CGEE, em parceria com a Finep, CNPq e a área de monitoramento e avaliação do Ministério, construa modelos lógicos para os programas estruturantes do FNDCT e auxilie na implementação de sistemas de monitoramento e avaliação. Isso permitirá a coleta e análise de dados mais precisos sobre os impactos dos investimentos.

iv. O Conselheiro **Olival Júnior** relatou que as ações do FNDCT conduzidas pelo CNPq têm apresentado resultados impressionantes. No caso do Pró-Amazônia, o orçamento foi ampliado de R\$ 150 milhões para R\$ 300 milhões, garantindo ao menos um grande projeto aprovado em cada estado da região Norte, uma conquista significativa para a pesquisa na região. Além disso, o edital dos INCTs atingiu um marco histórico, com um orçamento de R\$ 1,65 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão exclusivamente para os INCTs, o maior valor já destinado a esse tipo de iniciativa. Comemorou o feito de conquistar um número de projetos inscritos acima das expectativas, chegando a 650 propostas, mesmo com a complexidade do edital, que exigia articulação e montagem de redes de pesquisa. Informou que, atualmente, está em andamento o levantamento da distribuição regional dessas propostas, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outra informação relevante é a do andamento do edital de redes e do edital de repatriação. Afirmou que o julgamento do edital de redes já foi concluído, resultando na aprovação de 650 propostas, restando demonstrado que 650 pesquisadores brasileiros espalhados por mais de 30 países estão colaborando ativamente com equipes no Brasil, fortalecendo a ciência nacional. Informou ainda que o julgamento do edital de repatriação será realizado em fevereiro, e que ele recebeu 1.600 candidaturas de pesquisadores interessados em retornar ao país, o que exigiu uma estrutura maior para avaliação dado a existência de um volume expressivo de interessados o que demonstra o impacto positivo dessas iniciativas na recomposição e no fortalecimento da comunidade científica brasileira.

v. O Conselheiro **Jaílson Andrade** ponderou que seria importante envolver a CAPES no sistema de avaliação do FNDCT, pois, embora os investimentos do fundo possam não ter aumentado diretamente o número de bolsistas, é provável que tenham acelerado o tempo de titulação dos pesquisadores. Argumentou que uma análise da CAPES sobre a evolução dos últimos cinco anos poderia fornecer dados valiosos sobre a redução do tempo de formação, a qualificação da produção acadêmica e o impacto desses investimentos nos cursos de pós-graduação. E justificou que essa integração tornaria a justificativa das ações do FNDCT ainda mais robusta, demonstrando seus efeitos não apenas na inovação e pesquisa, mas também na formação e capacitação científica no país.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que a CAPES já integra as instâncias de governança e estão diretamente envolvidos nas demandas. Comentou que a estruturação de um sistema de avaliação permanente e robusto é essencial, e argumentou que a governança do Fundo já conta com indicadores estabelecidos nos termos de referência dos programas, que incluem objetivos, metas e métricas de desempenho. Explicou que, embora esses indicadores possam ser aprimorados em termos de modelo lógico, eles já fornecem uma base para subsidiar o debate. Deste modo, solicitou o apoio das agências de modo a consolidar e organizar esses dados para compor o material que apoiará as deliberações previstas para fevereiro, março e abril, garantindo uma análise mais estruturada do impacto das ações do FNDCT.

4. Criação do grupo de trabalho para revisão dos normativos infralegalis de governança do FNDCT;

A Sra. Mariana Vidal informou que conforme mencionado em reuniões anteriores, está sendo apresentada uma proposta para a criação do Grupo de Trabalho (GT) para reformulação da Governança do FNDCT em seu aspecto infralegal. Explicou que antes de formalizar qualquer resolução, é necessário definir suas atribuições, regras de funcionamento e composição, e dessa forma, solicitou aos membros interessados que formalizem seu ingresso no GT para efetivar sua participação via e-mail da coordenação-geral. Informou que esse grupo inicial discutirá os detalhes do funcionamento e, posteriormente, apresentará uma proposta formal de resolução, já validada pelo jurídico do Ministério, na reunião de abril. Caso as discussões avancem rapidamente, há a possibilidade de submeter a resolução à votação eletrônica antes dessa data.

(Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RE do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12591382)

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i) O Conselheiro **Ildeu Moreira** questionou sobre a possibilidade de participação de setores que não compõem o Conselho Diretor (CD) de modo enriquecer discussões sobre os programas do FNDCT. Sugeriu como alternativa convidar representantes estratégicos, como reitores de universidades, Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e Ministérios, como o Ministério da Saúde, que por vezes esteve em temas discutidos no âmbito do CD, mas que não integra formalmente o Conselho. Argumentou que esses convidados poderiam contribuir com ideias relevantes para o planejamento e aprimoramento dos programas, sem direito a voto, mas com participação ativa nos debates. Como sugestão, colocou que o presidente poderia assumir a atribuição de formalizar esses convites para as próximas reuniões, garantindo uma visão mais ampla e representativa do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação.

ii) O Conselheiro **Jefferson Gomes** ponderou que a ampliação da participação no FNDCT deve ser estratégica para evitar ruídos na governança. Sugeriu que, em vez de incluir formalmente todos os setores, uma solução eficaz seria convidar representantes específicos apenas quando as pautas das reuniões envolverem suas áreas, como o Ministério da Saúde em debates sobre saúde de modo a garantir contribuições qualificadas sem comprometer a organização do Conselho Diretor.

O secretário-executivo respondeu que, embora concorde com a sugestão do Conselheiro Ildeu, a preocupação com o ruído é válida, fora a possibilidade de comprometimento da agilidade na tomada de decisão. Argumentou que essa já é uma temática a ser tratada diretamente no âmbito do GT de maneira a decisão aborde a melhor forma de incluir a participação de setores externos no FNDCT, equilibrando a necessidade de contribuições especializadas sem comprometer a eficiência do processo decisório.

5. Criação do grupo de trabalho para elaboração do Plano de Comunicação do FNDCT;

A Sra. Mariana Vidal informou que essa demanda é oriunda de proposta apresentada pelas conselheiras Marcela e Karina na reunião de 30 de outubro, referente à criação de grupos de trabalho para desenvolver o plano de comunicação do FNDCT. Informou que o um encaminhamento é semelhante ao discutido anteriormente pois a sugestão é a de que os membros interessados em compor esse GT indiquem sua participação até o dia 20, para o e-mail da CGGF. Esclareceu que esse grupo terá a responsabilidade de estruturar estratégias para aprimorar a comunicação do fundo, garantindo maior clareza e visibilidade sobre suas ações e impactos.

O Sr. Luis Fernandes enfatizou a relevância da proposta em razão da necessidade de melhorar a comunicação sobre o FNDCT. O recente debate demonstrou que até mesmo entre os componentes do Conselho havia desconhecimento sobre temas essenciais, como o impacto da DRU e o papel do Fundo no financiamento de ações estratégicas, como as linhas de crédito da Finep e as iniciativas da Embrapii. Explicou que esse déficit de comunicação compromete a defesa do fundo, tornando essencial um esforço coordenado para ampliar o entendimento sobre sua relevância. Reforçou que a colaboração dos conselheiros, em suas múltiplas capacidades de comunicação, será essencial para fortalecer a divulgação do FNDCT de forma mais eficaz e abrangente.

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. O **Conselheiro Olival Júnior** comentou que teve oportunidade de perguntar a pesquisadores se conheciam a origem dos recursos da Finep e poucos souberam identificar a conexão entre os investimentos da Finep e o FNDCT, o que demonstra um problema sério de comunicação. Muitos acreditam que a Finep possui um orçamento próprio, sem perceber que financiamentos para os ICTs, laboratórios e infraestrutura vêm do Fundo que tem sua origem no MCTI. Isso reforça a necessidade urgente de aprimorar a divulgação do papel do FNDCT, garantindo maior conscientização e engajamento na defesa do fundo.

ii. O **Conselheiro Rodrigo Rollemburg** questionou acerca da possibilidade de uma ampla divulgação por meio da veiculação de propagandas na televisão de modo que sejam levados a conhecimento público projetos aprovados com recursos do Fundo.

O Conselheiro Celso Pansera respondeu que a Finep pode destinar até 3% de sua receita bruta anual para comunicação e eventos, o que equivale a aproximadamente R\$ 20 milhões por ano, um valor considerado baixo para a necessidade de fortalecimento da visibilidade do FNDCT. Comentou que, diante da importância do tema, a participação ativa no GT de comunicação se torna essencial. Colocou que a comparação da Finep ao "BNDES da ciência" tem ajudado na compreensão de seu papel, embora não seja totalmente precisa e que esse esforço reforça a necessidade de estratégias eficazes para ampliar o reconhecimento do FNDCT e sua relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

iii. O **Conselheiro Ildeu Moreira** argumentou que a necessidade de aprimorar a comunicação sobre o FNDCT é urgente e não deveria depender tão somente das deliberações do GT, cuja primeira reunião de retorno dos dados está prevista para abril. Colocou que a desinformação sobre a DRU e seu impacto no fundo, por exemplo, mostrou que até dirigentes de entidades científicas como a SBPC tinham dúvidas, exigindo um esforço maior de esclarecimento. Para acelerar esse processo, seria estratégico integrar as redes de comunicação já existentes como o que Ministério, Finep, CNPq, Embrapa, SBPC, ABC, CNI e outras entidades, aproveitando seu alcance e expertise. Além disso, veículos como o Jornal da Ciência poderiam ser utilizados para disseminar informações de forma ágil e acessível. A comunicação eficaz exige especialistas na área, e a articulação entre esses setores fortaleceria a capacidade de divulgar rapidamente informações cruciais, ampliando a defesa do FNDCT.

iv. O **Conselheiro Aldo Zarbin** colocou que o problema da comunicação do FNDCT é ainda mais grave do que se imagina, pois acredita que, provavelmente, mais de 50% dos pesquisadores no Brasil desconhecem o que é o Fundo, suas fontes de financiamento e sua importância para a ciência e tecnologia. Afirmou que a questão exige um esforço maior de simplificação e disseminação da informação, pois a complexidade do tema e o uso constante de siglas, números e termos técnicos dificultam a compreensão para quem não está diretamente envolvido. É necessário adotar uma abordagem mais acessível e didática, garantindo que a comunidade científica e a sociedade entendam o papel estratégico do FNDCT no desenvolvimento do país.

v. O **Conselheiro Jefferson Gomes** afirmou que a indústria está comprometida em fortalecer a comunicação do FNDCT, destacando seus impactos positivos e sua transparência, sem focar apenas nas ameaças ao fundo. Ressaltou que com investimentos expressivos em 2023 e 2024, e um modelo de gestão eficiente, o sistema indústria lançará em 2025 uma campanha digital para divulgar semanalmente projetos de sucesso, ampliando a visibilidade e combatendo desinformação. Informou que o objetivo é o de agir proativamente para fortalecer o reconhecimento do FNDCT, sem necessidade de mudanças estruturais, mas sim aprimorando a comunicação dentro do modelo atual.

O secretário-executivo respondeu que para além da criação dos GTs, considerada essencial integrar imediatamente a comunicação do FNDCT, envolvendo a equipe responsável pela comunicação do Ministério para garantir um formato eficaz. Reforçou que a estratégia deve destacar os impactos positivos dos investimentos no desenvolvimento e bem-estar da população e ratificou que há uma lacuna na divulgação dos resultados, e a coordenação desse trabalho é urgente para fortalecer a defesa do fundo.

vi. O **Conselheiro Ildeu Moreira** sugeriu que canais públicos, como a EBC, rádios e TVs universitárias, ajudassem na maior divulgação da ciência brasileira e do FNDCT. Argumentou que mesmo sem o alcance da grande mídia, esses veículos poderiam aumentar a visibilidade do Fundo e fortalecê-lo. Para isso, colocou como sugestão que a secretaria de comunicação do Ministério pudesse organizar campanhas, buscar parcerias e recursos para ampliar essa divulgação. Comentou que, com um esforço coordenado, seria possível levar mais informação à população e valorizar o impacto do FNDCT no desenvolvimento do país.

vii. A **Conselheira Fernanda Sobral** reforçou que para ampliar a visibilidade do FNDCT de modo célere, a equipe de comunicação do Ministério poderia emitir uma nota sobre a conquista do não contingenciamento, divulgando-a no Jornal da Ciência e outros meios. Além disso, veículos como a TV Cultura - SP e a EBC poderiam ser acionados para reforçar a divulgação, aproveitando seus conselheiros ligados à ciência. Essas ações ajudariam a fortalecer a defesa do fundo e destacar seu impacto no desenvolvimento do país.

viii. A **Conselheira Carina Vitral** ponderou que a comunicação sobre o FNDCT precisa ir além do âmbito governamental e se tornar uma pauta da sociedade. Uma possibilidade seria a de o MCTI utilizar contratos de comunicação de outros ministérios afins a temática de modo a agilizar o processo. Além disso, demonstrou entusiasmo quanto à ideia de um pool de comunicação envolvendo governo, setor produtivo e instituições como o BNDES e a Finep para fortalecer a defesa da ciência, inovação e reforçando a máxima do "Brasil que dá certo". Para isso, sugeriu que seria interessante articular ainda em janeiro, logo após o recesso, diálogos com diferentes atores para estruturar essa campanha ampla e integrada.

ix. O **Conselheiro Rodrigo Rollemburg** colocou que a criação de um grupo de comunicação integrado, envolvendo Finep, BNDES e agências ministeriais, permitirá uma campanha ampla para divulgar os impactos do FNDCT na indústria, agronegócio e inovação. Isso fortalecerá a defesa do Fundo, ampliará seu reconhecimento na sociedade e na política, e contribuirá para a imagem do governo.

x. O **Conselheiro Clênio Pillon** informou que a Embrapa tem adotado uma estratégia eficaz de comunicação ao criar publicações que sintetizam as ações financiadas por emendas parlamentares, entregando oficialmente esses materiais aos deputados que destinaram recursos. Explicou que essa abordagem fortalece a transparência e o engajamento político, além de ampliar a visibilidade das iniciativas. Sugeriu que fosse adotada uma estratégia semelhante para o FNDCT, distribuindo materiais concretos de projetos bem-sucedidos para o Congresso e para formuladores de políticas públicas, além de utilizá-los em campanhas de mídia digital e tradicional. Essa iniciativa ajudaria a consolidar o reconhecimento do fundo e sua importância para o desenvolvimento do país.

xi. O **Conselheiro Ildeu Moreira** reforçou que a comunicação acerca de projetos exitosos com recursos do FNDCT precisa ser estratégica e segmentada, atingindo tanto a população em geral quanto parlamentares, comunidade científica e setores produtivos. Além disso, comentou que ações voltadas à comunidade científica são essenciais para mostrar como o FNDCT fortalece institutos, universidades e centros de pesquisa, garantindo engajamento e apoio contínuo. Afirmou que essa mobilização foi fundamental para a devolução dos recursos do fundo, e sua manutenção depende de uma comunicação ativa e integrada. Reiterou que o desafio está no tempo, pois as oportunidades políticas e institucionais precisam ser aproveitadas e, por isso, a criação do GT de comunicação é essencial para estruturar essas ações e garantir que a ciência tenha maior visibilidade e reconhecimento na sociedade e no Congresso.

6. Continuidade da revisão dos Programas do FNDCT;

O Sr. Luis Fernandes informou que a revisão dos programas do PAI está na fase inicial. Comentou que na última reunião do Conselho Diretor foram apresentadas informações detalhadas sobre a execução do FNDCT em 2023 e 2024, incluindo programas, iniciativas e projetos, argumentando que esse material serviu de subsídio para que os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais analisassem a alocação específica de cada fundo e iniciassem o processo de revisão. Explicou que após essa primeira rodada, o Comitê de Coordenação do FNDCT - CCF consolidou as sugestões a partir da devolutiva por parte dos Comitês que permitiu a contribuições diretas para os membros do Conselho Diretor. Explicou que o próximo passo é avançar para um balanço do que foi discutido e iniciar a fase de deliberação, e esse processo ainda contará com o complemento das informações sobre a execução de 2024, garantindo uma análise mais completa antes das decisões finais. Sucintamente, relembrou o processo de implementação dos 10 programas estruturantes e mobilizadores para concentrar os investimentos do FNDCT. Informou que no decorrer da reunião do CD foram feitos ajustes, incluindo a criação do Programa 10 (Segurança Alimentar e Erradicação da Fome). Após essa discussão inicial, as propostas foram encaminhadas aos Comitês Gestores, que realizaram reuniões na primeira quinzena de junho para alinhamento. Com a consolidação das deliberações, o PAI 2023 foi aprovado com distribuição de investimentos e uma projeção plurianual. Comentou que, devido à urgência do processo, os termos de referência dos programas foram elaborados posteriormente, oito deles aprovados em outubro e os dois últimos (Amazônia e Defesa) aprovados em

dezembro pelo Conselho Diretor. Com isso, foi possível lançar os editais a partir de novembro e dezembro de 2023. Explicou que, em razão dos editais terem sido lançados no final de 2023, ainda não havia resultados consolidados sobre a demanda e a efetividade das chamadas e, por essa razão, decidiu-se manter a alocação inicial dos recursos e aguardar os resultados do segundo semestre para iniciar a revisão dos programas, etapa iniciada na reunião do CD de 30/10/2024. A revisão será concluída com a aprovação do Plano de Investimento de 2025, prevista para 2 de abril de 2025. Por fim, ressaltou que com um prazo de cinco meses para revisão, o processo de elaboração e revisão dos termos de referência dos programas será mais participativo do que em 2023. Tanto no Conselho Diretor quanto nos comitês gestores, o trabalho começou com a apresentação dos dados da execução e alocação de recursos, seguido pelo recebimento de propostas e sugestões para o PAI 2025.

O secretário-executivo informou que a proposta do CT-Energia para um novo programa contemplando a questão da transição energética foi analisada, mas foi considerada desnecessária em razão dela ser tema central na Nova Indústria Brasil - NIB e amplamente contemplado nos programas Mais Inovação e Pró-Infra Temático. Relatou que em 2023 e 2024, o FNDCT investiu R\$ 4,8 bilhões nessa área, um valor 100 vezes maior que o disponível para o CT-Energia. Além disso, a coordenação da NIB reforçou que a transição energética já está bem integrada às políticas existentes, tornando um novo programa redundante.

Sobre o Programa Conhecimento Brasil, o Sr. Luis Fernandes informou que a proposta é ampliar o escopo do programa Conhecimento Brasil, antes focado na repatriação, para incluir ações voltadas à fixação de jovens pesquisadores. Essa alteração, sugerida pela ABC, ainda não entra no termo de referência, mas sim na descrição do objeto, permitindo futuras contribuições para o detalhamento. Explicou que a mudança possibilita o fortalecimento de iniciativas como o Edital Universal do CNPq, que já apoia jovens pesquisadores, além da expansão de programas de bolsas de pós-doutorado e fixação de talentos.

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. O **Conselheiro Major Brigadeiro Luciano Rechiuti** comentou que experiências passadas ensinaram que a fixação de pesquisadores é tão crucial quanto a repatriação, conforme apontado por indústrias e ICTs. Inicialmente, um projeto foi esboçado, mas não avançou após o lançamento do Programa Cérebros pelo governo, evitando duplicação de esforços. Amplamente debatido com diversas ICTs, chegou-se à mesma conclusão: não basta repatriar talentos, é essencial criar condições para sua fixação. Dessa forma, considerou a alteração no Programa Conhecimento Brasil é totalmente apropriada, alinhando-se às necessidades reais do setor.

ii. O **Conselheiro Olival Júnior** explicou que a fixação de pesquisadores não se limita às ICTs, pois cerca de 20% dos candidatos ao repatriamento tiveram demanda da indústria, com concordância prévia de empresas. Destacou que esse é um ponto importante para ampliar a discussão sobre formas inovadoras de fixação, sem se restringir a modelos tradicionais, como bolsas de pós-doutorado. Comentou que o CD deve analisar o tema com abertura, considerando abordagens estratégicas por setores e áreas prioritárias, como já ocorre nos INCTs, onde foram explicitadas áreas estratégicas, e como exemplo, citou a área da Defesa, com forte demanda no setor aeronáutico e na Embraer. Colocou que o programa RHAE, destinado à absorção de pesquisadores na indústria, teve uma demanda qualificada quatro vezes maior que o orçamento disponível, evidenciando a necessidade de maior investimento nessa linha. Apontou que outro desafio é enfrentar as assimetrias regionais e institucionais, especialmente nos novos campi de universidades e institutos federais e ressaltou que, embora a participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste esteja acima dos 30% exigidos por lei, não há um instrumento legal que permita direcionar a fixação de pesquisadores em unidades no interior. Finalizou argumentando que o momento é de pensar soluções inovadoras, envolvendo setores estratégicos e explorando novas formas de fixação para garantir a permanência e aproveitamento do potencial científico e tecnológico do país.

O Sr. Luis Fernandes passou a apresentar a proposta de inclusão de dois novos programas. O primeiro se trata da criação do Programa Brasileiro de Inteligência Artificial – PBIA (IA Brasil) consolidando suas diretrizes dentro do FNDCT. Informou que a proposta apresentada é uma síntese do programa, já debatido e conhecido pelos membros, e que o próximo passo será incorporar no novo termo de referência as ações previstas no PBIA que ainda não possuem cobertura em outras linhas de financiamento do FNDCT, garantindo que suas iniciativas sejam devidamente contempladas. A segunda proposta se refere à criação do Programa SOS Clima Brasil que visa o monitoramento e enfrentamento de emergências climáticas, integrando infraestrutura e pesquisa para mitigar impactos das mudanças climáticas. Ele abrange monitoramento, identificação de vulnerabilidades, prevenção, mitigação e integração de dados, fornecendo suporte a políticas públicas. Sua origem mais direta veio da crise no Rio Grande do Sul, mas a Casa Civil alertou que eventos climáticos extremos tendem a se multiplicar, justificando um programa nacional. Explicou que além da construção desses dois novos programas, ajustes poderão ser feitos nos termos de referência dos programas existentes.

iii. O **Conselheiro Major Brigadeiro Luciano Rechiuti** questionou acerca do recurso previamente projetado para o PBIA, algo entre R\$ 5 a R\$ 6 bilhões que viriam do FNDCT para financiar iniciativas de inteligência artificial. Perguntou se a criação do Programa 11 (IA Brasil), toda a parcela do PBIA financiada pelo Fundo será centralizada nesse programa ou se a inteligência artificial continuará sendo distribuída entre diferentes programas, conforme suas aplicações setoriais, como defesa, saúde, indústria e bioeconomia. Explicou que, em razão de grande parte dos recursos do PBIA virem do FNDCT, algumas ICTs temem que projetos sem IA tenham menor chance de financiamento a partir de 2025, e esclareceu que, embora não haja exclusividade para IA, é essencial reforçar a comunicação para garantir que todas as áreas continuem sendo contempladas de forma equilibrada dentro do fundo.

O secretário-executivo respondeu que a inteligência artificial já está contemplada em diversos programas do FNDCT, como INCTs e Pró-Infra Temático, garantindo a distribuição de parte das ações previstas no PBIA. Esclareceu que o Programa IA Brasil será focado no financiamento de iniciativas ainda não cobertas, completando essa agenda, e que, para isso, será necessário elaborar o termo de referência. Explicou que ao contrário de 2023, a proposta agora é aprovar simultaneamente o programa no PAI e seu respectivo termo de referência, garantindo um planejamento mais completo e integrado.

iv. A **Conselheira Silvia Masshurá** comentou que já existe no PBIA cinco eixos estruturantes com projetos selecionados, alguns já previstos no orçamento do FNDCT e outros ainda aguardando definição de fonte orçamentária. Entre os aprovados, ressaltou que alguns já têm valores definidos e instituições responsáveis, como a Embrapa, enquanto outros ainda aguardam essa definição.

O secretário-executivo respondeu que o processo envolverá um seminário para análise detalhada do PBIA, examinando eixo por eixo as ações necessárias para subsidiar a elaboração do termo de referência do Programa IA Brasil. As ações de impacto imediato não contarão com recursos do FNDCT, mas os demais eixos, sim, mesmo que os valores ainda não estejam totalmente definidos. Afirmou que esse seminário será um espaço de discussão coletiva para identificar o que já está coberto, o que ainda precisa de financiamento e o que deve ser incorporado ao termo de referência, garantindo um planejamento estruturado e alinhado às diretrizes do PBIA.

v. O **Conselheiro Ildeu Moreira** sugeriu a criação de um programa de popularização da ciência e educação científica para enfrentar o negacionismo, tema reforçado na quinta conferência. Reforçou que esse tema já vem sendo proposto pela SBPC de 2023 e como não está contemplado nos programas atuais, questionou sobre a melhor meio para o envio de uma justificativa e proposta formal para inclusão no PAI 2025.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que acredita que a popularização da ciência pode ser integrada a programas como Conecta e Capacita e recuperação de acervos e digitalização. Mas reforçou que a proposta da criação de um programa específico deve garantir que não substitua linhas orçamentárias já existentes, mas que amplie os investimentos no tema.

vi. A **Conselheira Carina Vitral** sugeriu a realização de outros seminários, semelhante ao proposto para a construção do TR de Inteligência Artificial, com a finalidade de discutir os 10 primeiros programas do FNDCT, especialmente considerando sua abrangência multisectorial, como no caso da transformação ecológica, que envolve transição energética, bioeconomia e descarbonização. Afirmou que o Ministério da Fazenda recebe constantes feedbacks sobre melhorias necessárias nesses temas e gostaria de uma oportunidade para entender melhor os programas em conjunto. Isso poderia ser feito de forma bilateral entre Fazenda, MCTI e Finep, ou em um encontro mais amplo, permitindo contribuições antes que as definições estejam consolidadas. Essa abordagem facilitaria ajustes e garantiria uma participação mais efetiva no aprimoramento dos programas. Comentou que o Ministério da Fazenda busca estruturar grandes apostas estratégicas, como o hidrogênio, envolvendo ICTs, investimento estrangeiro e desenvolvimento tecnológico. Em diálogo com o MCTI, têm sido discutidas formas de estruturar programas estratégicos bem definidos, além dos editais tradicionais, seguindo o modelo bem-sucedido com as Forças Armadas. Colocou que a ideia dos polos tecnológicos, surgida no Conselhão, pode atender essa demanda ao articular iniciativas governamentais para impulsionar setores prioritários de forma mais estruturada. Outro ponto destacado pela conselheira foi em relação à ICT-empresa, colocando que ainda é um desafio, especialmente nas universidades, e reforçando que pode ser fortalecido via fomento estruturado. Comentou que o MEC e o MCTI demonstraram interesse, mas falta um mecanismo eficiente para avançar além das fundações. Sugeriu a criação de centros de parcerias nas universidades, inspirados nos NITs ou em novos modelos. Além disso, pontuou que há a necessidade de facilitar o acesso ao crédito para startups escaláveis, que enfrentam barreiras por falta de garantias. Finalizou colocando como objetivo para 2025, o de aprofundar essa discussão e estruturar soluções eficazes dentro do FNDCT.

vii. O **Conselheiro Celso Pansera** destacou a necessidade de fortalecer infraestruturas científicas no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, atualmente concentradas no Sudeste. Sugeriu a criação de um edital para melhorar a infraestrutura e fortalecer parceiros como as FAPs e um Sistema Nacional de Gestão de Prestação de Contas, envolvendo CNPq, Capes, Finep e FAPs, agilizando programas como Centelha e TechNova. Além disso, sugeriu uma linha emergencial para aliviar o orçamento do CNPq, voltada para Edital Universal e reforçou que a Inteligência Artificial deve ser um eixo estratégico essencial.

O secretário-executivo respondeu que o FNDCT mantém o compromisso de não confundir seus investimentos com ações orçamentárias regulares, garantindo que o fundo continue financiando projetos estratégicos sem substituir fontes de financiamento de despesas correntes. No entanto, afirmou ser possível absorver iniciativas dentro dos programas existentes, como foi feito na ampliação do Programa Conhecimento Brasil, que agora inclui fixação de pesquisadores e apoio a jovens cientistas. Colocou que alguns temas, como PBIA e emergências climáticas, exigirão oficinas específicas para definir prioridades na construção dos termos de referência. Reforçou que as demais sugestões recebidas serão contempladas dentro dos programas atuais, incluindo a melhoria da gestão das FAPs, desde que respeitando as diretrizes do fundo.

viii. O Conselheiro Rodrigo Rollemburg relatou que após quase um ano do lançamento da NIB, o aprimoramento do termo de referência para priorizar ações estratégicas se torna necessário. Ressaltou a relevância da criação do Programa Emergencial de Mudanças Climáticas afirmando que discussões sobre questões sensíveis precisam avançar, com foco na redução das emissões da indústria de difícil abatimento e nos desafios de adaptação climática. Além disso, destacou ser essencial considerar encomendas estratégicas para fortalecer a infraestrutura tecnológica na Amazônia, especialmente na bioeconomia, já que, apesar do aumento de recursos, o financiamento ainda é insuficiente. Por fim, sinalizou que essas sugestões serão formalizadas por escrito para análise.

ix. O Conselheiro Clênio Pillon comentou que a proposta do Programa de Monitoramento e Enfrentamento de Emergências Climáticas é bem-vinda e destacou que ela deve contemplar quatro elementos essenciais: queimadas; estratégias para redução de riscos climáticos; tecnologias para resiliência climática na produção agropecuária; e processos de restauração ambiental, todos fundamentais diante de eventos como o ocorrido no Rio Grande do Sul. Outra questão levantada foi quanto à integração de políticas públicas, argumentando haver um grande vazio dessa integração para alinhar melhor ciência, inovação e desenvolvimento social em nível territorial, exigindo estudos analíticos mais profundos. Afirmou que em existem lugares que possuem excelentes universidades, institutos avançados, convivendo lado-a-lado com extrema pobreza e com a falta de políticas públicas estruturadas, e argumentou ser fundamental o estímulo de modelagens mais robustas para essa integração. Deixou como sugestão a realização de uma oficina específica para aprofundar esse debate, além de identificar uma relação com o Programa Política com Ciência.

x. O Conselheiro Ildeu Moreira afirmou que as propostas de emergência climática e fixação de pesquisadores já vinham sendo debatidas pela ABC e SBPC. Argumentou que a academia considera que, em relação ao CNPq, a inclusão do Edital Universal no programa de fixação é uma solução adequada, pois sempre foi um programa transversal apoiado pelo FNDCT e sua função é essencial para manter pesquisadores no Brasil. Além disso, comentou que considera fundamental discutir a criação de infraestruturas científicas regionais mais robustas para reduzir desigualdades regionais no Brasil. Para isso, seria interessante reunir propostas de Embrapa, universidades e outras instituições que possam nortear essa iniciativa explicando que o objetivo é estruturar um debate mais sólido e consolidar ideias para serem discutidas na reunião de abril.

xi. O Conselheiro Jaílson Andrade comentou que a ampliação do escopo do FNDCT tem permitido abordar questões emergentes, como as mudanças climáticas, mas há outras emergências a serem consideradas, como a preservação do sistema de baías do Brasil. O país possui um extenso conjunto de baías, desde São Luís até a Baía do Almirantado, na Antártica, cada uma com características ambientais distintas e desafios específicos, como contaminação e impactos climáticos, colocando que seria importante estruturar um programa voltado à conservação e monitoramento dessas regiões, garantindo uma abordagem integrada e sustentável.

O Sr. Carlos Aragão ponderou que os 10 programas do FNDCT seguiram a orientação da equipe de transição e se relaciona com quatro eixos estruturantes do Fundo: fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, reindustrialização e inovação, programas estratégicos e desenvolvimento social. Os novos programas propostos, de emergências climáticas e inteligência artificial, refletem demandas urgentes. Explicou que até 2 de abril, o foco será o de ajustar propostas e sugestões dentro dos programas existentes, sem perder a coerência com os eixos estruturantes. Sobre a parceria ICT-empresa, afirmou que ela já é contemplada no Programa 2 – Mais Inovação, que financia parques tecnológicos e centros de inovação, alegando que as FAPs podem se integrar a essas iniciativas para ampliar seu impacto.

xii. O Conselheiro Olival Júnior comentou que o Edital Universal de R\$ 450 milhões só foi viabilizado devido à recuperação de um recurso aprovado no FNDCT em 2021, que não fazia sentido ser suplementado em 2024, já que houve um edital intermediário em 2023. No entanto, defendeu que a lição para o futuro é a de que o orçamento atual do CNPq não suporta um Universal desse porte a cada 1,5 ou 2 anos, exigindo planejamento estratégico para sua continuidade. Outro ponto levantado foi quanto aos INCTs, essenciais para a retenção de talentos. Defendeu que esses institutos fortalecem grupos de pesquisa criando um ambiente colaborativo que atrai jovens cientistas e promove equipes robustas. Colocou que até março, será avaliada a demanda qualificada e a possível adesão de novas FAPs, permitindo discutir um aporte adicional ao edital de 2023. Por fim, destacou dois desafios estratégicos que, em sua visão, precisam de atenção no FNDCT. O primeiro é o apoio às tecnologias quânticas, um setor promissor onde o Brasil investe pouco e que ainda não vislumbrava como seria encaixado nos 12 programas do fundo. O segundo ponto defendido foi quanto ao alto custo do mercado editorial científico, que impacta a publicação de pesquisas relatando que uma possível solução, debatida por FAPESP, Capes e CNPq, seria o de transformar o SciELO em uma grande casa editorial, reduzindo a dependência de editoras internacionais e garantindo maior acesso e autonomia à produção científica brasileira com preços acessíveis de publicação.

xiii. O Conselheiro Jefferson Gomes e a Conselheira Idenilza Miranda ponderaram que, diante das discussões sobre novas ações, é importante entender quanto de recurso disponível já está comprometido e quanto poderá ser alocado nos termos de referência, pois, antes de definir novos programas, é essencial garantir a execução dos programas já estabelecidos.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que o debate atual segue em caráter conceitual, avaliando a alteração de escopos e a possível criação de novos programas, mas a deliberação final dependerá da viabilidade orçamentária. Informou que em fevereiro o processo de deliberação orçamentária começará com a apresentação do valor disponível no FNDCT em virtude da disponibilização orçamentária para o Fundo na LOA e com o levantamento do montante já comprometido com projetos anteriores. Como os projetos frequentemente sofrem atrasos e seguem um cronograma de parcelas anuais, explicou que esse levantamento é essencial para garantir uma alocação realista dos recursos, pois ela define o que realmente está disponível para novas ações.

xiv. A Conselheira Fernanda Sobral comentou que o enfrentamento das desigualdades sociais deve ser um tema transversal nos programas do FNDCT, mesmo sem a criação de um programa específico. Afirmou que questões como erradicação da fome e emergências climáticas afetam diretamente os mais vulneráveis e precisam de reforço nessas iniciativas. Além disso, reforçou a relevância dos INCTs, por criarem um ecossistema de pesquisa inclusivo, conectando desde jovens pesquisadores até cientistas experientes, tanto nacional quanto internacionalmente.

A Ministra de Estado Luciana Santos fez cumprimento a todos e informou que pela manhã havia participado de uma missão em São Paulo para a assinatura de contratos no âmbito da NIB e do Complexo Industrial da Saúde. Afirmou que o investimento contempla o CT Vacinas da UFMG está na fase 3 de ensaios clínicos com desenvolvimento de medicamentos biológicos para câncer e doenças autoimunes, fortalecendo a indústria nacional. Comemorou o fato das ações de reconstrução do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia abrangerem investimentos estratégicos em diversas frentes, como o Edital Universal, Pró-Amazônia, Pró-Infra e a Transformação Digital. A inclusão e diversidade foram reforçadas com 30% das vagas reservadas para inovação e programas como Residência em Microeletrônica para Mulheres e Meninas na Ciência. No âmbito da NIB, os investimentos estão distribuídos entre bioeconomia, transição energética e descarbonização (33%), transformação digital (21%), complexo industrial da saúde (16%), infraestrutura industrial (18%), e mobilidade e moradia (2%). Além disso, os projetos estratégicos, como o PBIA, não apenas continuam recebendo apoio, mas agora se consolidam como um programa próprio, reforçando seu impacto no desenvolvimento nacional. Aproveitou esta última reunião do Conselho Diretor do FNDCT de 2024 para expressar sua gratidão a todos pelo diálogo e construção coletiva, destacando o papel essencial da Finep, do CNPq, do secretário-executivo Luis Fernandes e de cada membro do Conselho na gestão responsável dos principais recursos de fomento à ciência e tecnologia no Brasil.

7. Calendário e proposta de pauta das próximas reuniões.

O Sr. Luis Fernandes informou aos demais membros o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Diretor do FNDCT para 2025 e suas respectivas propostas de pautas. Descreveu que elas ocorrerão com o seguinte cronograma: a primeira, em 2 de abril, será crucial em função da aprovação do PAI 2025 e projetará o planejamento plurianual até 2029, além de apresentar a prestação de contas de 2024 e a disponibilidade orçamentária para novos investimentos. Relatou que é esperada para essa reunião a consolidação dos GTs, cujas indicações devem ser feitas até 20 de março. A segunda reunião, em 25 de junho, marcará o início da discussão sobre o PLOA 2026. A terceira, em 29 de outubro, e a quarta, em 10 de dezembro, abordarão temas ainda a serem definidos, sendo que a última reunião se concentrará no balanço das ações do FNDCT em 2025. Sugeriu que as datas fossem ser anotadas para preparação adequada dos debates e deliberações.

8. Apresentação e lançamento do Livro Lilás da V CNCTI.

A ministra Luciana Santos destacou a importância do livro e disse que a iniciativa simboliza o compromisso coletivo com um Brasil que reconhece a ciência, tecnologia e inovação como pilares fundamentais para o desenvolvimento do país. Mais do que um investimento no presente, ressaltou que se trata de uma aposta em um futuro mais justo, sustentável e dinâmico, onde o conhecimento científico impulsiona o progresso econômico, a inclusão social e a preservação ambiental. Colocou que deseja que

este material não apenas sirva como um registro dos avanços conquistados, mas também inspire novas iniciativas, fortaleça políticas públicas e consolide a ciência como um vetor essencial de transformação social, devolvendo-a ao seu merecido protagonismo na construção de uma sociedade mais próspera e resiliente.

O Secretário-Executivo encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

Encaminhamentos:

| Ação | Responsável | Prazo (se for o caso) |
|------|-------------|-----------------------|
| | | |
| | | |
| | | |

Anexos:

Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RE do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12591382

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT



Documento assinado eletronicamente por Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo, em 19/03/2025, às 16:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador 12677111 e o código CRC 69D5CAA0.